



# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 012 de 11 de setembro de 2023

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RUBRICA
<u>2164</u>	<u>11/09/23</u>	

Fixa a receita e estima a despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que, em Sessão Plenária realizada no dia 11 de setembro de 2023, aprovou o Projeto de Resolução nº 012/2023, de sua autoria, e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2024, a importância de R\$ 7.580.000,00 (sete milhões, quinhentos e oitenta mil reais), que visam atender às necessidades funcionais da Câmara Municipal de Mococa.

§ 1º A receita, em atendimento a legislação vigente, será recepcionada como TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS, em que o total das dotações orçamentárias fixadas, conforme caput do presente artigo, ser-lhe-á repassada pelo Poder Executivo, por meio de duodécimos nos moldes do disposto na Lei Orgânica do Município.

§ 2º A despesa será executada pelas funções de governo, categoria econômica, desdobrada até sub-elemento de despesa com os seguintes valores:

**APROVADO**

Em 11 Discussão por 14 FAV/CONT.

Sessão 11/09 / 2023



# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

<b>01.00.00.00 - CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>01.01.00.00 - CORPO LEGISLATIVO</b>	
<b>01.031.0001.2.001 - MANUT. ATIVID.LEGISLATIVAS</b>	
3.1.90.11.00 - VENC.E VANT.FIXAS - P.CIVIL	R\$ 1.000.000,00
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 200.000,00
3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULT. ARTÍSTICAS CIEN	R\$ 10.000,00
<b>TOTAL DA UNIDADE</b>	<b>R\$ 1.210.000,00</b>
<b>01.02.00.00 - SECRETARIA</b>	
<b>01.031.0001.2.002 - MANUT.SECRET.DA CÂMARA</b>	
3.1.90.11.00 - VENC.E VANT.FIXAS - P.CIVIL	R\$ 2.400.000,00
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 690.000,00
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESP.VARIÁV.-P.CIVIL	R\$ 10.000,00
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
TRABALHISTAS	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 300.000,00
3.3.90.36.00 - OUTROS SERV.TERC. - P.FÍSICA	R\$ 400.000,00
3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	R\$ 250.000,00
3.3.90.39.00 - OUTROS SERV.TERC. - P.JURIDICA	R\$ 900.000,00
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 1.010.000,00
4.4.90.52.00 - EQUIP.E MAT.PERMANENTE	R\$ 400.000,00
<b>TOTAL DA UNIDADE</b>	<b>R\$ 6.370.000,00</b>
<b>TOTAL DO ORGÃO</b>	<b>R\$ 7.580.000,00</b>

Art. 2º O Poder Legislativo fica autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a abrir créditos adicionais suplementares até o limite percentual a ser estipulado pelo Poder Executivo. e aprovado pelo Legislativo, na Lei Orçamentária Anual, nos termos do disposto no inciso I do art. 41 e do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e, sua eficácia, a partir de 1º de janeiro de 2024.

**Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 11 de setembro de 2023.**

  
**Guilherme de Souza Gomes**  
Presidente

  
**Paulo Sérgio Miquelin**  
1º Secretário

  
**Adriana Perianez Ruiz**  
2ª Secretária





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

### Justificativa

O presente Projeto de Resolução que estabelece a Receita e estima a Despesa da Câmara Municipal de Mococa para o exercício de 2024 representa um importante instrumento de gestão que visa otimizar a utilização dos recursos públicos e aprimorar a capacidade desta Casa Legislativa de atender às demandas da comunidade mocoquense de maneira eficiente e responsável.

Importante e necessário consignar que a Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 29-A, I a VI estabelece os limites do total da despesa das Câmaras Municipais, com Percentuais versus → base populacional (IBGE):

***Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:***

***I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)***

Através do Ofício nº 783/2023, protocolado nesta Casa de Leis sob nº. 1967 em 16 de agosto de 2023, foi encaminhada a previsão orçamentária de 2024, com uma Receita Correta Líquida Prevista de R\$ 306.131.000,00.

Conforme o que determina a Carta Magna, o Poder Legislativo Municipal poderá ter um orçamento de até 7%, o que pela previsão chegaríamos a um orçamento possível e legal de R\$ 21.429.170,00.

O orçamento proposto pela Câmara Municipal para o exercício de 2024, com investimentos importantes, equivale a 2.48% do orçamento municipal previsto, havendo grande margem para variações.

Com a análise do TCE-SP das Contas da Câmara Municipal de Mococa, é importante destacar:



# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

### B.3.1. LIMITE À DESPESA LEGISLATIVA

O total da despesa do Poder Legislativo obedeceu ao limite do art. 29-A, da Constituição Federal, perfazendo 2,02%, conforme segue:

População do Município	68.885	
Receita Tributária Ampliada do exercício anterior	R\$ 136.744.454,56	
Percentual máximo permitido	7,00%	
Valor permitido para repasses	R\$ 9.572.111,82	
Total de despesas do exercício	R\$ 2.755.578,61	2,02%

- Obs.: consoante Consulta TC-000057/020/14 (DOE 19/05/2016), população estimada de 2019, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=&download=1>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- Receita Tributária Ampliada de 2020 extraída do Relatório de Análises Anuais Eletrônicas – Sistema Audesp.
- Total de despesas do exercício: Balanço Orçamentário - Arquivo 03, neste evento.

### B.3.2. LIMITE PARA GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO

O gasto com folha de pagamento obedeceu ao limite do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal, perfazendo 41,59%, conforme segue:

Transferência total da Prefeitura	R\$ 3.850.000,00
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	R\$ -
Transferência líquida	R\$ 3.850.000,00
Despesa total com folha de pagamento	R\$ 1.601.138,63
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	R\$ -
Despesa com folha de pagamento	R\$ 1.601.138,63
Despesa com folha + Transferência líquida	41,59%
Percentual máximo	70,00%

- Demonstrativo da Despesa com Pessoal juntado aos autos – Arquivo 08, neste evento.

### B.5.1. QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal apresentava a seguinte posição ao final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Eletivos	13	13	12	12	1	1
Em comissão	2	2	2	2		
Total	15	15	14	14	1	1
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados						

- Dados de 2021: Quadro de Pessoal (Arquivo 10) e declaração da Origem (Arquivo 11), nestes aos autos.

Não constatamos, sob amostragem, ocorrências dignas de nota sobre o assunto neste exercício.

Como se nota a Câmara Municipal de Mococa cumpre rigorosamente os ditames emanados pela legislação vigente, inclusive os apontamentos sugeridos nas análises das Contas vêm sendo cumprido rigorosamente, e este novo orçamento tem esse escopo, atender na plenitude a transparência e a atuação mister da atividade legislativa.

Nesse contexto, destacamos os principais pontos que justificam as alocações orçamentárias previstas:

Implantação da TV Câmara Mococa: A criação da TV Câmara Mococa não apenas aprimorará a transparência das ações legislativas, mas também promoverá a participação ativa da população nas discussões e decisões que impactam a cidade. Além das transmissões





# **Câmara Municipal de Mococa**

## **PODER LEGISLATIVO**

ao vivo das sessões legislativas, a TV permitirá a produção de conteúdo informativo sobre as atividades da Câmara e programas educativos, fomentando o engajamento cívico e a aproximação entre os munícipes e seus representantes.

**Reforma e Adequação do Prédio Anexo:** A melhoria do prédio anexo é necessária para assegurar um ambiente de trabalho seguro e funcional para os servidores e vereadores. O projeto inclui a readequação das instalações elétricas e hidráulicas, a acessibilidade universal, a modernização de espaços de reuniões e a criação de um ambiente propício para o atendimento ao público. A reforma visa garantir a continuidade das atividades legislativas sem interrupções causadas por problemas estruturais.

**Aquisição de Mobiliário para Gabinetes dos Vereadores:** Investir em mobiliário de qualidade para os gabinetes dos vereadores é essencial para proporcionar um ambiente de trabalho adequado e promover a eficiência na condução das atividades parlamentares. Móveis ergonômicos e funcionais contribuirão para a comodidade dos legisladores, possibilitando um melhor atendimento às demandas da população e o desempenho de suas funções com maior produtividade.

**Aquisição de Novos Equipamentos Tecnológicos:** A modernização dos equipamentos tecnológicos é uma medida estratégica para otimizar os processos internos da Câmara. A atualização de computadores, softwares e sistemas de gestão legislativa permitirá a automação de tarefas, agilizando os procedimentos administrativos e facilitando a disponibilização de informações à sociedade. Isso resultará em uma administração mais eficaz e transparente.

**Ampliação de Pessoal para Auxiliar os Trabalhos Legislativos:** O aumento no quadro de pessoal da Câmara é justificado pelo crescente número de demandas dos cidadãos e a complexidade das atividades legislativas. A contratação de profissionais qualificados possibilitará uma resposta mais ágil e eficaz aos pedidos da população, além de contribuir para a melhoria dos serviços prestados pela Câmara.

**Escola do Legislativo:** Os avanços da Escola do Legislativo e os investimentos têm sido fundamentais para o aprimoramento do processo legislativo e a capacitação dos servidores públicos. Aqui estão alguns dos principais avanços e áreas de investimento:

**Tecnologia da Informação:** A Escola do Legislativo tem investido em tecnologia para oferecer cursos online e recursos digitais para a educação à distância. Isso permite que um maior número de pessoas tenha acesso a treinamentos e capacitação, independentemente de sua localização geográfica.

**Reativação e ampliação das ações da Procuradoria Especial da Mulher,** como órgão não vinculado à Procuradoria da Câmara Municipal de Mococa e dá outras providências,





## **Câmara Municipal de Mococa**

### **PODER LEGISLATIVO**

instituída pela Resolução 04/2012. A Procuradoria Legislativa da Mulher é uma instância importante dentro do Poder Legislativo, cujo objetivo principal é promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres. Ela desempenha um papel fundamental no acompanhamento e na defesa das questões relacionadas às mulheres no âmbito legislativo. Reflete o compromisso do Poder Legislativo em promover a igualdade de gênero e garantir que as vozes e necessidades das mulheres sejam ouvidas e atendidas no processo político. Ela desempenha um papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo dotada de estrutura para seu pleno funcionamento.

Implantação da energia fotovoltaica e do sistema de reuso de águas na Câmara Municipal de Mococa: são estratégias que podem trazer benefícios significativos em termos de sustentabilidade, economia de recursos e redução de custos operacionais.

A implantação da energia fotovoltaica e do sistema de reuso de águas na Câmara Municipal de Mococa contribuirá para a redução dos custos operacionais, a sustentabilidade ambiental e a demonstração do compromisso da instituição com práticas mais verdes e eficientes. Além disso, isso pode servir como um exemplo inspirador para outras organizações locais.

Ampliação da Oferta de Cursos: A escola tem ampliado sua oferta de cursos, abrangendo uma variedade de temas, desde direito constitucional até gestão pública e ética no serviço público. Isso garante que os servidores tenham acesso a uma gama diversificada de conhecimentos. Estabelecer parcerias com instituições de ensino e universidades tem sido uma estratégia para enriquecer os programas de formação oferecidos pela Escola do Legislativo. Isso traz expertise adicional e permite a realização de cursos mais especializados. A formação de líderes e gestores públicos tem sido uma área de foco, capacitando-os para liderar com eficácia e tomar decisões informadas.

Em resumo, os avanços e investimentos na Escola do Legislativo são cruciais para garantir a qualidade do serviço público e fortalecer a democracia, capacitando os servidores públicos e à comunidade com o conhecimento e as habilidades necessárias para desempenhar suas funções de forma eficaz e ética.

Ampliação e apoio à Pesquisa Legislativa: Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de recursos para apoiar a produção legislativa têm sido realizados, garantindo que as políticas públicas sejam baseadas em evidências sólidas.

Investimentos na promoção da ética e transparência na administração pública têm sido priorizados. Isso ajuda a garantir um serviço público mais responsável e confiável.



## **Câmara Municipal de Mococa**

**PODER LEGISLATIVO**

Inclusão e Acessibilidade: Investimentos em acessibilidade têm sido realizados para garantir que todos os cidadãos, servidores e edis, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso igualitário à estrutura do Poder Legislativo.

Salienta-se que o Colegiado do Supremo Tribunal Federal, por decisão majoritária, em 24 de junho de 2020 (ADI 2238), julgou inconstitucional o § 3º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/ 2000, que autorizava o Poder Executivo a restringir de forma unilateral o repasse de recursos aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Assim, o Poder Executivo NÃO PODE LIMITAR o orçamento de outros Poderes (Legislativo e Judiciário, além de Ministério Público e Defensoria Pública) quando a arrecadação não atingir as expectativas, por a interferência ser inconstitucional e ferir a autonomia das Instituições e a Separação de Poderes.

Portanto, a alocação de recursos proposta neste orçamento reflete o compromisso desta Casa Legislativa com a eficiência na gestão pública, a responsabilidade fiscal e a promoção da participação cidadã. O objetivo é fortalecer a democracia local, ampliar a transparência e, sobretudo, atender às necessidades e expectativas da comunidade mocoquense, assegurando que a Câmara Municipal esteja preparada para enfrentar os desafios e promover o desenvolvimento do município em 2024.

**Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 11 de setembro de 2023.**

  
**Guilherme de Souza Gomes**  
Presidente

  
**Paulo Sérgio Miquelin**  
1º Secretário

  
**Adriana Perianez Ruiz**  
2ª Secretária



**Parecer/Relatório/Voto do Projeto de Resolução nº 12/2023**

**De autoria da Mesa Diretora**

**Assunto: *Fixação da receita e estimativa de despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo.***

## **Relatório**

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Mococa, após análise minuciosa do Projeto de Resolução nº 12/2023, que trata da fixação da receita e estimativa de despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo, apresenta o seguinte parecer:

### **I. Introdução**

O Projeto de Resolução em questão tem como objetivo estabelecer as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024, especificamente para as despesas e receitas do Poder Legislativo Municipal. O documento em análise demonstra a preocupação com a gestão responsável dos recursos públicos e a busca pela transparência e eficiência na aplicação desses recursos.

### **II. Análise Detalhada**

A Comissão procedeu a uma análise detalhada do Projeto de Resolução, considerando os seguintes aspectos:

**Receita/Despesas:** O projeto apresenta uma estimativa coerente e fundamentada da receita, levando em consideração as fontes de recursos disponíveis, tais como transferências do Executivo, receitas próprias e outras fontes, demonstrando um planejamento realista. As despesas previstas no projeto estão de acordo com as atribuições e necessidades do Poder Legislativo Municipal, priorizando o atendimento das demandas institucionais sem desconsiderar a responsabilidade fiscal.

A despesa será executada pelas funções de governo, categoria econômica, desdobrada até sub-elemento de despesa com os seguintes valores:



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

<b>01.00.00.00 - CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>01.01.00.00 - CORPO LEGISLATIVO</b>	
<b>01.031.0001.2.001 - MANUT. ATIVID.LEGISLATIVAS</b>	
3.1.90.11.00 - VENC.E VANT.FIXAS - <u>P.CIVIL</u>	R\$ 1.000.000,00
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 200.000,00
3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULT. ARTÍSTICAS CIEN	R\$ 10.000,00
<b>TOTAL DA UNIDADE</b>	<b>R\$ 1.210.000,00</b>
<b>01.02.00.00 - SECRETARIA</b>	
<b>01.031.0001.2.002 - <u>MANUT.SECRET.DA CÂMARA</u></b>	
3.1.90.11.00 - VENC.E VANT.FIXAS - <u>P.CIVIL</u>	R\$ 2.400.000,00
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 690.000,00
3.1.90.16.00 - OUTRAS <u>DESP.VARIÁV.-P.CIVIL</u>	R\$ 10.000,00
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 300.000,00
3.3.90.36.00 - OUTROS SERV.TERC. - <u>P.FÍSICA</u>	R\$ 400.000,00
3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	R\$ 250.000,00
3.3.90.39.00 - OUTROS SERV.TERC. - <u>P.JURIDICA</u>	R\$ 900.000,00
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 1.010.000,00
4.4.90.52.00 - EQUIPE MAT.PERMANENTE	R\$ 400.000,00
<b>TOTAL DA UNIDADE</b>	<b>R\$ 6.370.000,00</b>
<b>TOTAL DO ORGÃO</b>	<b>R\$ 7.580.000,00</b>

É crucial observar que a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 29-A, estabelece os limites para as despesas das Câmaras Municipais com base na população, expressos como percentuais em relação à receita tributária e transferências previstas. Esses limites são os seguintes: 7% para municípios com até 100.000 habitantes.

**Art. 29-A.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

**I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)**



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

No contexto do orçamento para o exercício de 2024, que foi encaminhado à Câmara Municipal por meio do Ofício nº 783/2023 e protocolado sob o número 1967 em 16 de agosto de 2023, a previsão de Receita Corrente Líquida é de R\$ 306.131.000,00.

De acordo com as diretrizes da Constituição, o Poder Legislativo Municipal pode alocar até 7% desse valor para o seu orçamento. Portanto, o orçamento máximo permitido seria de R\$ 21.429.170,00, considerando as disposições constitucionais.

No entanto, o orçamento proposto pela Câmara Municipal para o exercício de 2024 representa apenas 2,48% (dois virgula quarenta e oito por cento) do orçamento municipal previsto, muito aquém dos 7% consignado na Constituição Federal, deixando uma margem considerável para variações e investimentos importantes.

Destaca-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por meio de uma decisão majoritária datada de 24 de junho de 2020 (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 2238), proclamou a inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000. Este dispositivo autorizava o Poder Executivo a impor, de maneira unilateral, restrições nos repasses de recursos para os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Portanto, é importante ressaltar que o Poder Executivo não possui a prerrogativa de limitar o orçamento dos demais Poderes (Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e Defensoria Pública) no caso de a arrecadação não alcançar as expectativas, pois tal intervenção é considerada inconstitucional e representa uma violação à autonomia dessas Instituições, bem como ao princípio da Separação de Poderes.

**III. Novos projetos/programas/atividades:**

Na justificativa do Projeto de Resolução a Mesa Diretora discorreu dos projetos e programas a serem viabilizados com os recursos: instalação e implantação da Rede Legislativa de Rádio e TV; Reforma, revitalização e adequação do prédio anexo; Aquisição de Mobiliário para Gabinetes dos Vereadores e dos servidores; Aquisição de Novos Equipamentos Tecnológicos; Ampliação de Pessoal para Auxiliar os Trabalhos Legislativos, contratação de novos servidores através de concurso público; Ampliação das ações da Escola do Legislativo; Reativação e ampliação das ações da Procuradoria Especial da Mulher; Implantação do sistema fotovoltaica e de reuso de águas; Investimentos na promoção da ética e transparência na administração pública têm sido priorizados. Isso ajuda a garantir um serviço público mais responsável e



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

confiável; Inclusão e Acessibilidade, e além claro, da manutenção de todas as atividades do Poder Legislativo.

**IV. Conclusão/Voto:**

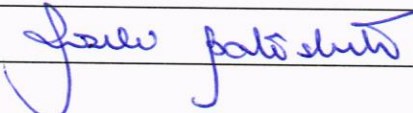
Diante da análise realizada, esta Comissão entende que o Projeto de Resolução nº 12/2023 da Câmara Municipal de Mococa, que fixa a receita e estima a despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo, está de acordo com as diretrizes de responsabilidade fiscal e transparência na gestão pública.

Portanto, recomenda-se que o referido projeto seja aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal, sem ressalvas, garantindo assim a continuidade das atividades legislativas de forma eficaz e em conformidade com a legislação vigente.

Mococa, 11 de setembro de 2023.



Relatora

ACOMPANHAM	DIVERGEM
	



Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO			DESPACHO
Número	Data	Rubrica	<b>APROVADO</b> 11/09/2023
2173	11/09/2023		GUILHERME DE SOUZA GOMES Presidente
REQUERIMENTO Nº <u>553</u> /2023.			<b>EMENTA</b>
			Requer regime de urgência Especial para matéria que especifica.
<p>Os Vereadores que subscrevem, dentro das disposições Regimentais e após a manifestação do Nobre Plenário, tendo em vista a finalidade da propositura, requerem regime de Urgência Especial para a seguinte matéria:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mococa – Fixa a receita e estima a despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo.</li><li>2. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison – Dispõe sobre autorização para realizar pagamentos de assistência financeira complementar em cumprimento à Emenda Constitucional nº 124, de 14 de julho de 2022 e da Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, aos profissionais ocupantes dos cargos e empregos públicos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, mediante repasse financeiro da União, e dá outras providências.</li><li>3. PROJETO DE LEI Nº 087/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison – Autoriza a abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.</li></ol> <p>Plenário Venerando Ribeiro da Silva. 11 de setembro de 2023.</p> <p>   </p>			






Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

**VOTAÇÃO NOMINAL**

SESSÃO : 27ª SESSÃO ORDINÁRIA – 18ª LEGISLATURA - 3º PERÍODO  
DATA : 11 DE SETEMBRO DE 2023  
HORÁRIO : 19 HORAS.  
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.  
MATÉRIA : REQUERIMENTO SOLICITANDO URGÊNCIA ESPECIAL  
TURNO : ÚNICO.  
PROTOCOLO : /2023

VEREADORES		VOTOS			
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	ABSTENÇÃO
1-	ADRIANA BATISTA DA SILVA	0			
2-	ADRIANA PERIANEZ RUIZ	0			
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	0			
4-	CLAYTON DIVINO BOCH	0			
5-	ELISÂNGELA MAZIERO	0			
6-	GUILHERME GOMES	0			
7-	JOSÉ ANTÔNIO SOUSA – ZÉ DA COBRA	0			
8-	JOSÉ ROBERTO PEREIRA – BOB	0			
9-	NILTON CÉSAR GREGHI – PROFESSOR BATATA	0			
10-	PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS – PAULO DOÇÃO	0			
11-	PAULO SÉRGIO MIQUELIN	0			
12-	PRISCILA GONÇALVES	0			
13-	ROSELI APARECIDA FAUSTINO BATISTUTI	0			
14-	THIAGO JOSÉ COLPANI	0			
15-	VALDIRENE DONIZETI DA SILVA MIRANDA	0			

**RESULTADO**

Votos Favoráveis : 15  
Votos Contrários :  
Ausentes :  
Abstenções :  
Total :  


1º Secretário



Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO  
**VOTAÇÃO NOMINAL**

SESSÃO 27ª SESSÃO ORDINÁRIA 18ª LEGISLATURA – 3º PERÍODO  
DATA 11/09/2023  
HORÁRIO 19H00  
QUORUM MAIORIA ABSOLUTA  
MATÉRIA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2023  
TURNO DISCUSSÃO ÚNICA  
PROCESSO /2023

VOTOS					
VEREADORES		Favorá vel	Contrá rio	Absten ção	Ausente
1-	ADRIANA BATISTA DA SILVA	0			
2-	ADRIANA PERIANEZ RUIZ (ADRIANA DO PAULINHO)	0			
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	0			
4-	CLAYTON DIVINO BOCH	0			
5-	ELISÂNGELA MAZIERO	0			
6-	GUILHERME GOMES	0			
7-	JOSÉ ANTÔNIO SOUSA (ZÉ DA COBRA)	0			
8-	JOSÉ ROBERTO PEREIRA (BOB)	0			
9-	NILTON CÉSAR GREGHI (PROFESSOR BATATA)		X		
10-	PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS (DOÇÃO)	0			
11-	PAULO SÉRGIO MIQUELIN	0			
12-	PRISCILA GONÇALVES	0			
13-	ROSELI APARECIDA FAUSTINO BATISTUTI	0			
14-	THIAGO JOSÉ COLPANI	0			
15-	VALDIRENE DONIZETI DA SILVA MIRANDA	0			
TOTAL.....					





**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**RESULTADO**

Favoráveis	:	14
Contrários	:	01
Abstenções	:	
Ausentes	:	
Total	:	

\_\_\_\_\_  
1º Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

## PODER LEGISLATIVO

### RESOLUÇÃO Nº 09, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.

*Fixa a receita e estima a despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo.*

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 3 de maio de 2022, aprovou Projeto de Resolução nº 012/2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mococa, e ela promulga a seguinte:

### RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2024, a importância de R\$ 7.580.000,00 (sete milhões, quinhentos e oitenta mil reais), que visam atender às necessidades funcionais da Câmara Municipal de Mococa.

§ 1º A receita, em atendimento a legislação vigente, será recepcionada como TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS, em que o total das dotações orçamentárias fixadas, conforme caput do presente artigo, ser-lhe-á repassada pelo Poder Executivo, por meio de duodécimos nos moldes do disposto na Lei Orgânica do Município.

§ 2º A despesa será executada pelas funções de governo, categoria econômica, desdobrada até sub-elemento de despesa com os seguintes valores:

<b>01.00.00.00 - CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>01.01.00.00 - CORPO LEGISLATIVO</b>	
<b>01.031.0001.2.001 - MANUT. ATIVID.LEGISLATIVAS</b>	
3.1.90.11.00 - VENC.E VANT.FIXAS - P.CIVIL	R\$ 1.000.000,00
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 200.000,00
3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULT. ARTÍSTICAS CIEN	R\$ 10.000,00
<b>TOTAL DA UNIDADE</b>	<b>R\$ 1.210.000,00</b>
<b>01.02.00.00 - SECRETARIA</b>	
<b>01.031.0001.2.002 - MANUT.SECRET.DA CÂMARA</b>	
3.1.90.11.00 - VENC.E VANT.FIXAS - P.CIVIL	R\$ 2.400.000,00





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

## PODER LEGISLATIVO

3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 690.000,00
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESP.VARIÁV.-P.CIVIL	R\$ 10.000,00
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 300.000,00
3.3.90.36.00 - OUTROS SERV.TERC. - P.FÍSICA	R\$ 400.000,00
3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	R\$ 250.000,00
3.3.90.39.00 - OUTROS SERV.TERC. - P.JURIDICA	R\$ 900.000,00
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 1.010.000,00
4.4.90.52.00 - EQUIP.E MAT.PERMANENTE	R\$ 400.000,00
TOTAL DA UNIDADE	R\$ 6.370.000,00
TOTAL DO ORGÃO	R\$ 7.580.000,00

Art. 2º O Poder Legislativo fica autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a abrir créditos adicionais suplementares até o limite percentual a ser estipulado pelo Poder Executivo. e aprovado pelo Legislativo, na Lei Orçamentária Anual, nos termos do disposto no inciso I do art. 41 e do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e, sua eficácia, a partir de 1º de janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Mococa, de 11 de setembro de 2023.

**GUILHERME DE SOUZA GOMES**

Presidente

**PAULO SÉRGIO MIQUELIN**

1º Secretário

**ADRIANA PERIANEZ RUIZ**

2ª Secretária



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

## PODER LEGISLATIVO

Mococa, 11 de setembro de 2023.

OFÍCIO Nº 181/2023/CMM/GAB

A Sua Excelência o Senhor  
Eduardo Ribeiro Barison  
Prefeito Municipal de Mococa  
Praça Marechal Deodoro, nº 44  
13.730-047 Mococa-SP

### **Assunto: Autógrafos de projetos de leis aprovados**

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Anexamos, para as devidas providências, o expediente aprovado por esta Casa de Leis, em Sessão, constando de:

1. Autógrafo nº 097/2023, referente ao Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Vereador Nilton César Gregghi, que “Dispõe sobre a regulamentação da “Feira Livre da Agricultura Familiar Noturna do Município de Mococa” e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária *com emenda* no dia 11 de setembro de 2023.
2. Autógrafo nº 098/2023, referente ao Projeto de Lei nº 078/2023, de autoria da Vereadora Elisângela Mazini Maziero Breganoli, que “Altera a Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.
3. Autógrafo nº 099/2023, referente ao Projeto de Lei nº 079/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Institui o Plano Diretor de Turismo de Mococa e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária com emenda no dia 11 de setembro de 2023.
4. Autógrafo nº 100/2023, referente ao Projeto de Lei nº 083/2023, de autoria do Vereador José Roberto Pereira, que “Altera dispositivos da Lei nº 3.606, de 10 de maio de 2006, que institui o “Dia Municipal do Nordeste” no Calendário Oficial do Município de Mococa.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

## PODER LEGISLATIVO

---

5. Autógrafo nº 101/2023, referente ao Projeto de Lei nº 065/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.”, aprovado em sessão extraordinária no dia 11 de setembro de 2023.

6. Autógrafo nº 102/2023, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 034/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre a conversão da Concessão de Direito Real de Uso em Doação, com base na Lei 4.938, de 23 de novembro de 2021, para a Empresa Patrícia Carolina Camargo Montanini.”, aprovado em sessão extraordinária no dia 11 de setembro de 2023.

7. Autógrafo nº 103/2023, referente ao Projeto de Lei nº 085/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre as Políticas Públicas de Juventude, cria o Conselho Municipal de Juventude, o Plano Municipal de Juventude, a Conferência Municipal de Juventude, institui o Fundo Municipal da Juventude e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.

8. Autógrafo nº 104/2023, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 037/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre autorização para realizar pagamentos de assistência financeira complementar em cumprimento à Emenda Constitucional nº 124, de 14 de julho de 2022 e da Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, aos profissionais ocupantes dos cargos e empregos públicos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, mediante repasse financeiro da União, e dá outras providências.”, aprovado em sessão extraordinária *com emenda* no dia 11 de setembro de 2023.

9. Autógrafo nº 105/2023, referente ao Projeto de Lei nº 087/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Autoriza a abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.

**Comunico também que foi aprovado, em 11 de setembro de 2023, o orçamento da Câmara Municipal de Mococa para 2024, mediante a aprovação do Projeto de Resolução nº 012/2023, que resultou na Resolução nº 09, de 11 de setembro de 2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mococa, que “Fixa a receita e estima a despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo.”. O texto da Resolução nº 09/2023 será publicado na Edição do Diário Oficial de 12 de setembro, e encontra-se em anexo, assinado**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

## PODER LEGISLATIVO

---

pelos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mococa, de forma a subsidiar a  
feitura do Projeto de Lei do Orçamento Municipal (LOA 2024).

Atenciosamente,

GUILHERME DE SOUZA GOMES

Presidente

Wilma Ferraccioli  
Assessora de Gestão